



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de beneficiamento de madeira, compreendendo atividades como corte, desdobro, aparelhamento, dimensionamento, acabamento e, quando necessário, tratamento da madeira, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras do Município de Abadia dos Dourados/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas na tabela abaixo e neste documento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO PREVISTO	VALOR TOTAL MÁXIMO PREVISTO
001	Prestação de serviços especializados de beneficiamento de madeira, compreendendo o conjunto de operações técnicas destinadas ao processamento da madeira em estado bruto, por meio de corte, desdobro, aparelhamento, dimensionamento, esquadrejamento, alinhamento e acabamento, bem como, quando solicitado, tratamento preservativo, com vistas à obtenção de peças padronizadas, com qualidade e precisão adequadas à sua aplicação nas obras e serviços de manutenção executados pela Secretaria Municipal de Obras, com execução sob demanda, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no item 1.1.	M³	200	278,15	55.630,00

Os serviços, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que são contratados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

O prazo de vigência do contrato será um (01) ano podendo, podendo ser prorrogado segundo Artigos 105, 106 e 107, 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **1.1. Especificações dos Serviços a serem prestados**

1.1.1. O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços especializados de beneficiamento de madeira, compreendendo o conjunto de operações técnicas necessárias à transformação da madeira em estado bruto, fornecida pela Administração, em peças devidamente processadas, padronizadas e aptas à utilização nas obras e serviços executados pela Secretaria Municipal de Obras do município de Abadia dos Dourados/MG.

1.1.2. A execução dos serviços dar-se-á de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração, até o limite estimado de 200 m³ (metros cúbicos), em conformidade com as necessidades operacionais da Secretaria.

1.1.3. Os serviços deverão contemplar, no mínimo, as seguintes etapas técnicas:

I – Corte e desdobro da madeira bruta, consistindo no fracionamento inicial da matéria-prima, conforme orientações técnicas da Administração, visando o melhor aproveitamento e a minimização de perdas;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

II – Aparelhamento (plainamento), destinado à regularização das superfícies, com eliminação de imperfeições e garantia de uniformidade e alinhamento;

III – Dimensionamento técnico, compreendendo o corte e ajuste das peças de acordo com as medidas exatas estabelecidas pela Administração, observadas as tolerâncias mínimas admissíveis;

IV – Esquadreamento e alinhamento, assegurando a correção geométrica das peças, com ângulos e faces regulares, adequadas ao perfeito encaixe nas estruturas;

V – Acabamento final, com remoção de farpas, rebarbas e irregularidades, garantindo segurança no manuseio e qualidade do produto final;

VI – Tratamento preservativo da madeira, quando solicitado, mediante aplicação de produtos adequados para proteção contra agentes biológicos e ambientais, visando ampliar a durabilidade e resistência do material;

VII – Classificação, separação e organização das peças, conforme dimensões, especificações e finalidade de uso, facilitando o controle e a utilização pela Administração;

VIII – Acondicionamento e disponibilização, assegurando que as peças beneficiadas estejam aptas para retirada ou entrega, com preservação de sua integridade física.

1.1.4. Os serviços deverão observar rigorosamente os seguintes padrões mínimos de qualidade:

I – As peças deverão apresentar uniformidade dimensional, superfícies regulares, alinhadas e adequadamente acabadas, bem como ausência de defeitos estruturais relevantes;

II – Não serão aceitas peças que apresentem:

- rachaduras excessivas;
- empenamentos acentuados;
- sinais de apodrecimento;
- infestação por pragas;

III – As tolerâncias dimensionais deverão ser mínimas e previamente definidas pela Administração, conforme a finalidade de uso das peças.

1.1.5. Os serviços de beneficiamento de madeira serão executados:

➤ Preferencialmente, em local próprio da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, desde que o espaço disponibilizado apresente condições adequadas para a realização das atividades, segurança operacional e acesso compatível aos equipamentos necessários.

➤ Alternativamente, os serviços poderão ser executados no local onde a madeira foi adquirida, desde que previamente autorizado pela Administração e constatada a viabilidade técnica e operacional para a execução do objeto.

➤ . A definição do local de execução ocorrerá conforme a conveniência administrativa, considerando critérios de economicidade, eficiência logística, segurança, agilidade no atendimento da demanda e melhor aproveitamento da matéria-prima.

➤ Independentemente do local definido, a contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas, insumos complementares e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços.

➤ A contratada deverá zelar pela organização, limpeza e conservação do local utilizado durante a execução dos serviços, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de sua atuação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

➤ Caso haja necessidade de execução em local diverso dos previstos nos itens anteriores, a alteração dependerá de autorização expressa da Administração, mediante justificativa técnica e registro formal.

➤ O local de execução será informado em cada Ordem de Serviço emitida pela Administração, juntamente com os quantitativos, especificações técnicas e prazos aplicáveis.

1.1.6. A contratada deverá dispor de infraestrutura e recursos técnicos compatíveis, incluindo:

I – Maquinário adequado à execução dos serviços, tais como serrarias, plainas e equipamentos de corte e acabamento;

II – Instalações apropriadas e em condições adequadas de operação;

III – Mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para atendimento das demandas;

IV – Equipamentos de proteção individual e coletiva, em conformidade com as normas de segurança do trabalho vigentes.

1.1.7. O transporte da madeira, quando necessário, deverá:

I – Ser realizado em condições adequadas, garantindo a integridade do material, tanto na fase bruta quanto após o beneficiamento;

II – Observar as normas aplicáveis à segurança, acondicionamento e movimentação de cargas;

III – Ter sua responsabilidade definida no instrumento contratual, considerando que, em regra, a madeira será disponibilizada pela Administração no local de execução.

1.1.8. Todos os custos necessários à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo estar inclusos no valor da proposta, abrangendo, entre outros:

I – Mão de obra necessária à execução dos serviços;

II – Máquinas, equipamentos e ferramentas;

III – Insumos e materiais complementares utilizados no beneficiamento;

IV – Custos operacionais, incluindo energia e manutenção;

V – Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

VI – Equipamentos de proteção e cumprimento das normas de segurança;

VII – Custos ambientais e destinação adequada de resíduos;

VIII – Demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.

1.1.9. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante designado pela Administração, ao qual competirá verificar o cumprimento das especificações técnicas, podendo determinar a correção de eventuais inconformidades, sem ônus adicional para o Município.

1.1.10. A contratada será integralmente responsável pela adequada execução dos serviços, bem como pela integridade e correto aproveitamento da madeira fornecida pela Administração, não podendo alegar desconhecimento das condições para justificar descumprimentos contratuais.

1.1.11. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental aplicável, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, a eficiência na execução e o pleno atendimento ao interesse público.

1.1.12 Demais especificações dos serviços a serem executados estão descritas no item 5 deste documento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Administração Pública do município de Abadia dos Dourados/MG, no exercício de suas competências constitucionais e legais, tem como finalidade precípua promover o bem-estar coletivo por meio da prestação eficiente, contínua e adequada dos serviços públicos, observando rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal. Ademais, com o advento da Lei nº 14.133/2021, consolidou-se a necessidade de um planejamento mais robusto das contratações públicas, com foco na governança, na gestão de riscos, na busca da solução mais vantajosa e na obtenção de resultados efetivos para a sociedade, superando a lógica estritamente baseada no menor preço e priorizando a qualidade, a durabilidade e a eficiência dos objetos contratados.

Nesse cenário, a atuação da Secretaria Municipal de Obras assume papel de extrema relevância, uma vez que é responsável por executar, manter e recuperar a infraestrutura urbana e rural do município, garantindo condições adequadas de mobilidade, acessibilidade, segurança e desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de uma área estratégica da administração, cuja eficiência impacta diretamente o cotidiano da população, especialmente em municípios com forte característica rural, como é o caso de Abadia dos Dourados/MG, onde grande parte das demandas envolve a manutenção de estradas vicinais, pontes, mata-burros e demais estruturas essenciais para o deslocamento de pessoas, transporte escolar, atendimento de serviços de saúde e escoamento da produção agrícola.

Dentre os insumos fundamentais para a execução dessas atividades, destaca-se a madeira, amplamente utilizada em diversas obras e intervenções realizadas pela Secretaria Municipal de Obras. Todavia, para que esse material atenda aos requisitos técnicos necessários, não basta sua simples aquisição em estado bruto, sendo imprescindível a realização de processos de beneficiamento adequados, tais como corte, desdobramento, aparelhamento, tratamento e acabamento, que conferem à madeira as características de resistência, durabilidade e segurança exigidas para sua correta aplicação. Entretanto, o município não dispõe, em sua estrutura administrativa, de equipamentos específicos, instalações apropriadas e mão de obra especializada em quantidade suficiente para realizar, de forma eficiente e contínua, todas as etapas do beneficiamento da madeira. Tal limitação operacional compromete a qualidade das obras públicas, podendo ocasionar atrasos na execução dos serviços, desperdício de matéria-prima, aumento de custos e, sobretudo, riscos à segurança das estruturas construídas ou mantidas.

Dessa forma, a disponibilização de serviços especializados de beneficiamento de madeiras mostra-se não apenas necessária, mas essencial para o adequado funcionamento da Secretaria Municipal de Obras, constituindo-se em medida alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público. A contratação desses serviços permitirá que a Administração utilize materiais devidamente preparados, com dimensões padronizadas, melhor acabamento e tratamento adequado, garantindo maior desempenho estrutural e maior vida útil às obras executadas.

Sob a ótica do interesse público, a ausência de madeira beneficiada impacta negativamente a qualidade das intervenções realizadas pelo Município, uma vez que o uso de material inadequado ou insuficientemente preparado pode resultar em estruturas frágeis, suscetíveis a deformações, apodrecimento, ataque de pragas e degradação acelerada por fatores climáticos. Isso implica não apenas riscos à integridade física dos usuários, mas também a necessidade de manutenções frequentes, elevando significativamente os custos operacionais e comprometendo a racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

A contratação de serviços de beneficiamento de madeira, portanto, se justifica de forma ampla e consistente, uma vez que contribui diretamente para a melhoria da qualidade das obras públicas, assegurando maior precisão no corte e no preparo das peças, melhor encaixe nas estruturas, maior resistência mecânica e maior durabilidade dos materiais utilizados. Além disso, possibilita maior agilidade na execução das atividades da Secretaria Municipal de Obras, especialmente em situações emergenciais,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

como a recuperação de pontes e passagens danificadas por chuvas intensas, evitando o isolamento de comunidades rurais e garantindo a continuidade de serviços essenciais.

Outro aspecto de grande relevância diz respeito à segurança da população. Estruturas construídas com madeira devidamente beneficiada apresentam maior confiabilidade, reduzindo significativamente o risco de acidentes, desabamentos ou falhas estruturais, o que reforça o compromisso da Administração Pública com a proteção da vida e do patrimônio dos cidadãos. Do ponto de vista econômico, a contratação em questão também se revela vantajosa, uma vez que o uso de madeira adequadamente beneficiada reduz perdas de material, evita retrabalhos e diminui a frequência de manutenções corretivas, resultando em economia de recursos públicos a médio e longo prazo. Além disso, a iniciativa pode contribuir para o fortalecimento da economia local e regional, ao estimular a contratação de empresas especializadas no setor madeireiro, promovendo a geração de emprego e renda. Sob a perspectiva ambiental, o beneficiamento adequado da madeira possibilita melhor aproveitamento da matéria-prima, reduzindo desperdícios e contribuindo para práticas mais sustentáveis, em consonância com a responsabilidade ambiental que deve nortear as ações da Administração Pública.

Diante de todo o exposto, resta evidenciado que a disponibilização de serviços de beneficiamento de madeiras é medida indispensável para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Abadia dos Dourados/MG, configurando-se como solução técnica adequada, economicamente viável e alinhada ao interesse público. A disponibilização dos serviços de beneficiamento de madeiras trará impactos positivos relevantes e abrangentes para o Município de Abadia dos Dourados/MG, dentre os quais se destacam:

- Melhoria da infraestrutura urbana e rural: com a utilização de madeira devidamente beneficiada, as obras terão maior qualidade e durabilidade, beneficiando diretamente a população;
- Redução de custos a médio e longo prazo: menor necessidade de reparos e substituições frequentes de estruturas;
- Agilidade nas intervenções da Secretaria de Obras: permitindo respostas rápidas a demandas emergenciais, especialmente em períodos chuvosos que afetam estradas vicinais e pontes;
- Aumento da segurança da população: estruturas mais resistentes reduzem significativamente o risco de acidentes;
- Valorização da gestão pública: demonstra compromisso com a boa aplicação dos recursos públicos e com a prestação de serviços de qualidade;
- Desenvolvimento local: a contratação de serviços pode estimular a economia regional, gerando emprego e renda no setor madeireiro e de prestação de serviços;
- Sustentabilidade: possibilita melhor aproveitamento da madeira, reduzindo desperdícios e promovendo uso mais racional dos recursos naturais.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta para atendimento das necessidades do Município de Abadia dos Dourados/MG consiste na contratação de serviços especializados de beneficiamento de madeira, contemplando o quantitativo estimado de 200 m<sup>3</sup> (metros cúbicos), abrangendo todas as etapas necessárias à adequada preparação do material a ser utilizado nas obras e serviços públicos executados pela Secretaria Municipal de Obras. Ressalta-se que a contratação será realizada por meio de Pregão na forma Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Tal critério mostra-se o mais adequado, tendo em vista que a execução do objeto será realizada por um único prestador de serviços, considerando o quantitativo total estimado, garantindo a coerência da proposta, a uniformidade na execução e evitando distorções na formação de preços.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução foi estruturada de forma a assegurar eficiência, qualidade, durabilidade e economicidade, desde a fase de planejamento até a utilização final do material beneficiado. Inicialmente, o planejamento baseia-se no levantamento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, considerando o histórico de consumo, as necessidades operacionais contínuas e as intervenções programadas, especialmente aquelas relacionadas à manutenção da infraestrutura urbana e rural, como pontes, passarelas, mata-burros, cercas e demais estruturas.

Na etapa de suprimento, o município realizará a aquisição da madeira em estado bruto, mediante processo licitatório, observando critérios de legalidade quanto à origem, regularidade ambiental e conformidade com as normas vigentes, assegurando a rastreabilidade e a sustentabilidade do insumo.

Na sequência, ocorre a execução dos serviços de beneficiamento, compreendendo o conjunto de atividades técnicas necessárias à adequação da madeira às especificações exigidas, tais como corte, desdobro, aparelhamento, dimensionamento, esquadreamento, alinhamento, acabamento e, quando necessário, tratamento preservativo, visando conferir maior resistência, durabilidade e desempenho estrutural ao material.

Durante a execução, deverão ser rigorosamente observados os padrões técnicos de qualidade, garantindo que as peças produzidas apresentem uniformidade dimensional, precisão, acabamento adequado e compatibilidade com sua finalidade de uso. A fiscalização contratual desempenhará papel essencial, acompanhando a execução, verificando a conformidade dos serviços prestados e assegurando o cumprimento integral das condições estabelecidas no instrumento contratual.

Após o beneficiamento, a madeira será destinada às diversas frentes de atuação da Secretaria Municipal de Obras, sendo empregada na execução, manutenção e recuperação de estruturas públicas. Nessa etapa, evidencia-se ganho significativo em qualidade e eficiência, uma vez que o material devidamente beneficiado proporciona melhor desempenho estrutural, maior facilidade de montagem e maior durabilidade das obras.

Ao longo do ciclo de uso, a adoção de madeira beneficiada contribui para a redução de manutenções corretivas, aumento da vida útil das estruturas e melhor aproveitamento dos recursos públicos. A padronização das peças também favorece futuras intervenções, tornando os processos mais ágeis, seguros e eficientes.

A execução dos serviços deverá ocorrer de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, garantindo flexibilidade operacional e atendimento tempestivo às demandas, inclusive em situações emergenciais. Os serviços deverão ser realizados com a utilização de maquinário adequado, infraestrutura compatível e mão de obra qualificada, sendo de responsabilidade da contratada todos os custos diretos e indiretos necessários à execução, incluindo equipamentos, insumos, transporte, encargos legais e cumprimento das normas de segurança do trabalho e da legislação ambiental vigente.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público, assegurando qualidade na execução das obras públicas e contribuindo para a melhoria da infraestrutura do Município de Abadia dos Dourados/MG.

O critério de julgamento mais adequado para a presente contratação é o de menor preço, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Isso se justifica pelo fato de que o objeto — serviços de beneficiamento de madeira — possui natureza comum, ou seja, trata-se de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações técnicas claras, usuais no mercado e passíveis de comparação direta entre as propostas.

Nesse contexto, não há necessidade de adoção de critérios mais complexos, como técnica e preço ou melhor técnica, uma vez que a qualidade do serviço será previamente assegurada pelas exigências técnicas estabelecidas no termo de referência, cabendo ao critério de julgamento selecionar a proposta mais vantajosa sob o aspecto econômico.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Além disso, a adoção do critério de menor preço:

- Assegura maior competitividade, ampliando a participação de licitantes;
- Favorece a economicidade, permitindo a contratação pelo menor custo possível sem prejuízo da qualidade;
- Simplifica o julgamento das propostas, tornando o processo mais célere e transparente;
- Está plenamente alinhada ao pregão eletrônico, modalidade indicada para bens e serviços comuns.

Importante destacar que, como a contratação será realizada com um único prestador de serviços, o critério mais adequado é o de menor preço por item, considerando o quantitativo total estimado (200 m<sup>3</sup>), garantindo assim a coerência da proposta e evitando distorções na formação de preços. Dessa forma, conclui-se que o critério de julgamento menor preço por item é o mais adequado, eficiente e vantajoso para a Administração Pública, assegurando a seleção da proposta mais econômica, sem prejuízo da qualidade dos serviços a serem executados.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Justificativa da Exigência dos Documentos de Qualificação Técnica**

A exigência de apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, profissional e operacional, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, tem por finalidade comprovar que a licitante possui experiência prévia na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, qual seja, o beneficiamento de madeira.

Tal exigência encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a demandar a comprovação da aptidão técnica do licitante, como forma de garantir que o futuro contratado detenha condições reais de executar o objeto com qualidade, eficiência e segurança.

No caso específico, os serviços de beneficiamento de madeira envolvem atividades técnicas que demandam conhecimento prático, uso adequado de equipamentos e domínio de processos como corte, desdobro, aparelhamento, dimensionamento e acabamento. A ausência de experiência comprovada pode resultar em falhas na execução, desperdício de material — especialmente relevante considerando que a madeira será fornecida pela Administração —, além de comprometer a qualidade das estruturas públicas a serem construídas ou mantidas.

Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnica visa mitigar riscos à Administração Pública, assegurando que a empresa contratada possua histórico comprovado de execução de serviços semelhantes, o que contribui para a adequada aplicação dos recursos públicos, para a eficiência na execução contratual e para a obtenção de resultados satisfatórios.

### **4.2 Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

### **4.3 Indicação de marcas ou modelos**

Na presente contratação não será indicado marcas ou modelo(s) para a prestação dos serviços.

### **4.4 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

Para a contratação do objeto não haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

### **4.5 Da exigência de carta de solidariedade**

Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante na prestação dos serviços.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

### **4.6 Da exigência de amostra**

Não haverá exigência de amostra na prestação dos serviços.

### **4.7 Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.8 Garantia da contratação**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **4.9 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**Não poderão disputar esta licitação:**

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição<sup>1</sup>; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

---

<sup>1</sup> NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**Para o item desta licitação, a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Regime de Execução**

5.1.1. Os serviços de beneficiamento de madeira serão executados de forma indireta, o critério de julgamento será o de menor preço por item, com execução parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do município de Abadia dos Dourados/MG.

5.1.2. A presente contratação refere-se exclusivamente à prestação de serviços, sendo que a madeira (matéria-prima) será fornecida pela Administração, oriunda de contrato vigente de aquisição.

### **5.2. Forma de Execução**

5.2.1. A execução dos serviços será realizada mediante emissão de Ordens de Serviço (OS), contendo, no mínimo, o quantitativo estimado, especificações técnicas, local de execução e prazo para conclusão.

5.2.2. A contratada deverá iniciar os serviços após o recebimento da Ordem de Serviço e disponibilização da madeira pela Administração.

5.2.3. A execução deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes no item 1.1, garantindo qualidade, precisão dimensional, padronização e adequação ao uso final.

### **5.3. Local de Execução dos Serviços**

5.3.1. Os serviços de beneficiamento de madeira serão executados, preferencialmente:

I – em local próprio da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, desde que haja condições adequadas para a execução dos serviços; ou

II – no local onde a madeira foi adquirida, mediante autorização prévia da Administração e verificação da viabilidade técnica.

5.3.2. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução, independentemente do local.

5.3.3. A contratada deverá garantir a organização, limpeza e adequada utilização do espaço durante a execução dos serviços.

5.3.4. A execução em local diverso dependerá de autorização expressa da Administração, devidamente justificada.

### **5.4. Prazos de Execução**

5.4.1. Os serviços deverão ser executados dentro dos seguintes prazos máximos:

I – Até **05 (cinco) dias úteis** para demandas de pequeno e médio porte;

II – Até **10 (dez) dias úteis** para demandas de maior volume;

III – Até **48 (quarenta e oito) horas** para atendimentos emergenciais, devidamente justificados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

5.4.2. Os prazos serão contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço e da disponibilização da madeira.

### **5.5. Condições de Execução**

5.5.1. A contratada será responsável pelo adequado manuseio da madeira fornecida pela Administração, devendo:

- I – Assegurar o máximo aproveitamento da matéria-prima;
- II – Evitar perdas e desperdícios indevidos;
- III – Preservar a integridade do material durante toda a execução.

5.5.2. Eventuais perdas ou danos decorrentes de falha na execução deverão ser ressarcidos pela contratada.

5.5.3. Os serviços deverão ser executados com observância às normas de segurança do trabalho e à legislação ambiental vigente.

### **5.6. Transporte e Logística**

5.6.1. Considerando que a madeira será disponibilizada no local de execução dos serviços, não haverá, em regra, necessidade de transporte por parte da contratada.

5.6.2. O deslocamento da madeira, quando necessário, será de responsabilidade da Administração.

### **5.7. Responsabilidades da Contratada**

5.7.1. Compete à contratada:

- I – Executar os serviços conforme especificações técnicas e prazos estabelecidos;
- II – Disponibilizar equipamentos e mão de obra qualificada;
- III – Garantir a qualidade dos serviços prestados;
- IV – Zelar pela madeira fornecida pela Administração;
- V – Corrigir, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desconformidade;
- VI – Responsabilizar-se por danos causados ao material, à Administração ou a terceiros.

### **5.8. Fiscalização e Controle**

5.8.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração.

5.8.2. Compete à fiscalização:

- I – Verificar a conformidade dos serviços com as especificações técnicas;
- II – Acompanhar o cumprimento dos prazos;
- III – Avaliar a qualidade do beneficiamento;
- IV – Controlar o aproveitamento da madeira;
- V – Registrar ocorrências e determinar correções.

### **5.9. Medição e Pagamento**

5.9.1. A medição será realizada com base no volume efetivamente beneficiado (m<sup>3</sup>), conforme Ordens de Serviço executadas.

5.9.2. O pagamento será efetuado após:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

I – Execução dos serviços;

II – Atesto da fiscalização;

III – Verificação da conformidade do material beneficiado.

## **5.10. Disposições Finais**

5.10.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, normas de segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

5.10.2. A contratada não poderá alegar desconhecimento das condições de execução.

5.10.3. A execução deverá assegurar eficiência, qualidade e atendimento ao interesse público.

## **5.11. Resumo dos Serviços e Condições de Qualidade**

5.11.1. A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviços especializados de beneficiamento de madeira, compreendendo o conjunto de operações técnicas necessárias à transformação da madeira em estado bruto, fornecida pela Administração, em peças devidamente processadas e aptas à utilização nas obras, reformas, manutenções e demais intervenções executadas pela Secretaria Municipal de Obras.

5.11.2. Os serviços abrangem, de forma geral, as atividades de corte, desdobro, aparelhamento, plainamento, dimensionamento, esquadrejamento, alinhamento, acabamento final, separação das peças e, quando solicitado pela Administração, tratamento preservativo da madeira.

5.11.3. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço, conforme a necessidade administrativa, observados os quantitativos solicitados, os prazos estabelecidos e o local indicado pela Administração.

5.11.4. As peças beneficiadas deverão apresentar padrão de qualidade compatível com sua finalidade de uso, devendo atender, no mínimo, às seguintes condições:

I – Precisão dimensional, conforme medidas definidas pela Administração;

II – Superfícies regulares, alinhadas e adequadamente acabadas;

III – Correto esquadrejamento e encaixe, quando aplicável;

IV – Ausência de rachaduras excessivas, empenamentos acentuados, sinais de apodrecimento ou infestação por pragas;

V – Resistência e condições adequadas para utilização em obras e serviços públicos.

5.11.5. Não serão aceitos serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem defeitos que comprometam a funcionalidade, durabilidade, segurança ou estética das peças beneficiadas.

5.11.6. Caberá à fiscalização da Administração verificar a conformidade dos serviços executados, podendo rejeitar total ou parcialmente o material beneficiado que não atenda aos padrões exigidos, sem prejuízo da obrigação da contratada de promover a correção ou refazimento, às suas expensas.

## **5.12. Correção de Serviços em Desconformidade**

5.12.1. Constatada, pela fiscalização da Administração, a execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, a contratada será formalmente notificada para proceder à correção ou refazimento dos serviços, às suas expensas.

5.12.2. O prazo para correção ou refazimento será de **até 03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da notificação, salvo nos casos de maior complexidade técnica ou volume significativo, em que poderá ser estabelecido prazo distinto pela Administração, mediante justificativa.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

5.12.3. Em situações que demandem urgência, especialmente quando houver risco à segurança ou comprometimento de serviços públicos essenciais, a Administração poderá fixar prazo inferior ao estabelecido, devendo a contratada atender de forma prioritária.

### **5.13 Materiais e mão de obra a serem disponibilizados**

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar mão de obra qualificada, bem como os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

### **5.14 Especificações da garantia, manutenção e/ou assistência técnica.**

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5.15 Contrato**

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceite e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

### **5.16 Recebimento**

As condições de recebimento dos serviços são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso I, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado de término da execução;

b) definitivamente, após prazo de observação ou vistoria, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

O órgão ou entidade poderá convocar a pessoa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar a pessoa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, de 1º de abril de 2021, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Municipal direta e Portaria nº 01/2026, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por este Decreto ficou designado como gestor de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato a servidora Tauana Pereira Borges, matrícula 1827.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

O Contratante reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do presente contrato, se considerado em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da Contratada.

## **6.1 Das obrigações das partes**

### **São obrigações da Contratante:**

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

### **São obrigações da Contratada:**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações dos serviços prestados;
  - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
  - Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pela contratante, os serviços que a juízo da fiscalização tenham sido mal executados;
  - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
  - Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
  - Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem dos serviços prestados ao Município de Abadia dos Dourados – MG;
  - Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
  - Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
  - Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
  - Obedecer à legislação Ambiental;
  - Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
  - Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre o contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- Arcar com todas as despesas necessárias com o pessoal na execução dos serviços, tais como: remuneração, transporte, alimentação, hospedagem, seguro contra acidente de trabalho e responsabilidade civil por danos a terceiros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- A contratada deverá executar todas as etapas necessárias ao beneficiamento da madeira, incluindo corte, desdobro, aparelhamento, plainamento, dimensionamento, esquadrejamento, alinhamento, acabamento e, quando solicitado, tratamento preservativo;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- A contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, devidamente qualificada, treinada e em quantidade suficiente para atendimento das demandas contratadas;
- A contratada deverá fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos, máquinas, ferramentas, utensílios e demais recursos materiais indispensáveis à perfeita execução do objeto;
- A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo adequado uso, guarda, conservação e integridade da madeira fornecida pela Administração durante o período em que estiver sob sua responsabilidade;
- A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para o melhor aproveitamento da madeira recebida, evitando perdas, danos, desperdícios ou utilização inadequada do material;
- A contratada deverá responder por eventuais prejuízos decorrentes de perdas excessivas, danos materiais ou utilização indevida da madeira fornecida pela Administração, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- A contratada deverá executar os serviços com observância rigorosa das especificações técnicas definidas pela Administração, garantindo precisão dimensional, acabamento adequado, alinhamento e funcionalidade das peças beneficiadas;
- A contratada deverá assegurar que os serviços executados atendam aos padrões mínimos de qualidade exigidos, não sendo admitidas peças com defeitos estruturais, empenamentos acentuados, rachaduras excessivas, sinais de apodrecimento ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização;
- A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos para execução dos serviços, inclusive aqueles definidos para atendimentos emergenciais ou prioritários;
- A contratada deverá manter o local de execução dos serviços em condições adequadas de organização, limpeza e segurança, promovendo a remoção de resíduos e sobras de materiais após a conclusão das atividades;
- A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs necessários;
- A contratada deverá observar integralmente a legislação ambiental aplicável, adotando práticas adequadas quanto ao manejo de resíduos, descarte de materiais e prevenção de danos ao meio ambiente;
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

## **7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

7.1.5 fraudar a licitação

7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

7.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

7.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1 advertência;

7.2.2 multa;

7.2.3 impedimento de licitar e contratar e

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **8. DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter os créditos que a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

### **9.1 Habilitação**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

O(s) licitantes vencedor (es) deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

▪ **Ato Constitutivo;**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>2</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

▪ **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

▪ **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social,** incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

▪ **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

---

<sup>2</sup> NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

▪ **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.** Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;

▪ **Documento atestando a capacidade técnica, profissional e operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público, ou privado, que comprove que a empresa já tenha prestado serviços compatíveis com o objeto solicitado;**

▪ **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial,** com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

### **9.2 DECLARAÇÕES:**

• está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

• não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

• não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

• cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

O objeto social descrito no ato constitutivo referente à habilitação deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto licitado. Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada pelo (a) Pregoeiro (a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o M.P.M.G (Ministério Público de Minas Gerais), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme lei 14.143/21.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. A habilitação será verificada por meio eletrônico, no site da Licitanet.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

### **10. PAGAMENTO**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e recebimento dos serviços, mediante aprovação da Secretaria Municipal Solicitante e apresentação dos documentos fiscais.

Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição dos serviços, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela Contratada.

Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de Abadia dos Dourados - MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Abadia dos Dourados - MG.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor total máximo estimado da contratação é de R\$ 55.630,00 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e trinta reais), conforme tabela do Item 1 deste Termo de Referência. Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

## **12. REAJUSTE**

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação pela Contratante do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

349	1500	02.008.000.26.782.2514.2058.339039 – Manutenção e recuperação de estradas rurais. Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
-----	------	--

Abadia dos Dourados, 01 de abril de 2026.

Elaborado por: \_\_\_\_\_

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do TR Preliminar pela Portaria nº 01/2026.

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Pedro Vieira Filho

Secretário Municipal de Obras.